

REPERCUSSÕES TERRITORIAIS RECENTES EM VITÓRIA DO XINGU (PA): UM ESTUDO A PARTIR DA INSTALAÇÃO DA UHE BELO MONTE

Repercussions in Vitória do Xingu (PA): a study based on the installation of the Belo Monte hydroelectric plant

Répercussions territoriales récentes à Vitória do Xingu (PA) : étude sur l'installation de l'usine de hydroélectricité Belo

Angélica Azevedo de Matos*
Antonio Paulo Cargnin**

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - angelica.amattos@gmail.com

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul - apcargnin@gmail.com

Recebido em 12/04/2023. Aceito para publicação em 14/08/2023.

Versão online publicada em 21/08/2024 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

O presente artigo apresenta resultado da pesquisa sobre as repercussões territoriais recentes em Vitória do Xingu, estado do Pará, a partir da instalação da UHE Belo Monte, no período de 2010 à 2020. Com a instalação da usina, o perímetro urbano da cidade sofreu alterações com sua expansão territorial, com a expansão de ocupações irregulares na sede deste município, bem como, de loteamentos em suas agrovilas e vilas. A partir de um olhar geográfico sobre o território estudado, o artigo apresenta a UHE Belo Monte como elemento transformador do território, em todos seus aspectos e as repercussões territoriais em Vitória do Xingu (PA). Conclui que a instalação da UHE, gerou um processo de transformação e expansão territorial em Vitória do Xingu, onde destaca-se a migração de pessoas em busca de emprego e da instalação de empresas prestadoras de serviços à empresa responsável pela UHE, com reflexos profundos no território.

Palavras-chave: Repercussões Territoriais. Hidrelétrica Belo Monte. Vitória do Xingu; Espaço Urbano.

Abstract:

This article presents the results of a research on the recent territorial repercussions in Vitória do Xingu, state of Pará, resulting from the installation of UHE Belo Monte between 2010 and 2020. The installation of the power plant caused changes in the city's urban landscape, with territorial expansion and the growth of irregular occupations in the municipality, as well as the creation of allotments in agrovillages and villages. From a geographic perspective, the article presents UHE Belo Monte as a transformative element of the territory, with far-reaching territorial repercussions in Vitória do Xingu (PA). The article concludes that the installation of the power plant generated a process of transformation and territorial expansion in Vitória do Xingu, with the migration of people in search of employment opportunities and the establishment of service companies catering to UHE Belo Monte, resulting in profound territorial changes.

Key-words: Territorial Repercussions. Belo Monte Hydroelectric. Urban Space.

Résumé:

Cet article présente les résultats d'une recherche sur les répercussions territoriales récentes à Vitória do Xingu, dans l'État du Pará, de l'installation de la centrale hydroélectrique de Belo Monte, dans 2010 et 2020. Avec l'installation de la centrale, le périmètre urbain de la ville a subi des modifications avec son expansion territoriale, ainsi que l'expansion d'occupations illégales dans le centre-ville et de lotissements dans ses agrovilles et villages. En examinant le territoire étudié sous un angle géographique, l'article présente la centrale hydroélectrique de Belo Monte comme un élément transformateur du territoire dans tous ses aspects, ainsi que les répercussions territoriales à Vitória do Xingu (PA). Il conclut que l'installation de la centrale hydroélectrique a généré un processus de transformation et d'expansion territoriale à Vitória do Xingu, avec

notamment la migration de personnes en quête d'emplois et l'installation d'entreprises prestataires de services pour l'entreprise responsable de la centrale, ayant des répercussions profondes sur le territoire.

Mots-clés: Repercussions Territoriales. Centrale hydroélectrique de Belo Monte. Vitória do Xingu. Espace Urbain.

1. Introdução

As cidades amazônicas, ao longo dos anos, passaram por grandes transformações, em especial aquelas que receberam grandes projetos pensados por agentes externos, como no caso de Vitória do Xingu com a UHE Belo Monte. Entretanto, mesmo tendo a hidrelétrica instalada em seu território, os estudos sobre suas repercussões no município de Vitória do Xingu ainda são muito incipientes, concentrando-se mais sobre a cidade de Altamira, que mesmo antes da construção de Belo Monte já atraía os olhares por ser a cidade polo da região.

O presente estudo foi desenvolvido no município de Vitoria do Xingu-PA, com um recorte dedicado à sede do município e suas vilas, onde são evidentes as principais dinâmicas socioespaciais, modificadas devido à construção da UHE Belo Monte. A área de estudo é compreendida como área de fronteira do capital, assumido como um espaço ainda não estruturado, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político (BECKER, 1990). As implicações espaciais da instalação de grandes empreendimentos na Amazônia, como estradas, usinas hidrelétricas e indústrias de mineração, têm sido objeto de várias frentes de análise na Geografia e nas ciências sociais, à exemplo de estudos em Becker (1990; 2009), Trindade Jr. e Rocha (2002), Silva (2013), Trindade Jr. (2008), Miranda Neto (2015), Vainer (2007), dentre outros.

Nesse contexto, o artigo busca compreender quais as principais repercussões no território de Vitória do Xingu, após a construção da hidrelétrica e quais os atores tiveram papel relevante no processo de consolidação da usina. Tendo como objetivo central a análise das repercussões territoriais, é realizada uma caracterização do município e de sua importância para a região do Xingu. Na sequência, é realizada a identificação das repercussões territoriais, evidenciando os sistemas de objetos que se constituíram no território a partir da instalação da UHE Belo Monte, bem como a identificação dos principais atores envolvidos.

Para a análise das repercussões territoriais e dos atores territoriais que produzem o espaço local, utilizou-se a metodologia aplicada por Cargnin (2014), empregada também em estudos como em Hammes (2018), Vanacor (2020) e Sanches (2020). Essa abordagem

parte da valorização do território como local onde ocorrem as práticas espaciais e onde atores que transitam em diferentes escalas produzem o território. Utiliza as escalas geográficas como perspectiva analítica e metodológica que permite a problematização dos fenômenos podendo ser utilizada como uma estratégia de apreensão da realidade.

Nesse estudo, a identificação das escalas relevantes foi pautada na revisão bibliográfica e na análise de registros documentais ou de resultados que puderam ser mapeados. Foram identificadas as escalas global, nacional, estadual e local/regional, como relevantes para o tema. Foi realizada pesquisa documental, utilizando-se relatórios técnicos do poder público, bem como de relatórios apresentados pela empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, a Norte Energia S.A (2010), além dos EIA RIMA (ELETROBRÁS S. A., 2009). Complementarmente, foi realizado trabalho de campo, que foi desenvolvido com limitações devido a abrangência pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Considerando esses aspectos, o artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira faz referência a fundamentação teórica, tendo como tópico um olhar geográfico sobre o território no contexto das novas espacialidades a partir da UHE Belo Monte. A segunda, trata da UHE Belo Monte e o seu papel como elemento transformador do território. A terceira, é um apanhado sobre as repercussões territoriais e as novas configurações socioespaciais de Vitória do Xingu a partir da UHE Belo Monte. Nas considerações finais são apresentados elementos discutidos durante a realização de pesquisa, ressaltando os principais resultados.

2. Território, escala, atores e repercussões territoriais: breves considerações

Para lançarmos um olhar geográfico sobre o exame das repercussões territoriais da UHE Belo Monte, o primeiro passo é estabelecermos alguns conceitos que fundamentam a análise. Nesse sentido, afirmar o entendimento sobre território, escalas, atores e repercussões territoriais é fundamental para a sustentação da análise.

O território, como um dos conceitos centrais de estudo na ciência geográfica, é analisado por inúmeros pesquisadores e olhares. Para a presente análise, o território é entendido em seu sentido de uso, “sinônimo de espaço geográfico”, e como tal é onde se desenvolvem práticas espaciais relacionadas aos atores presentes no espaço geográfico,

podendo ter múltiplas dimensões (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p.19-20). A partir desse conceito, entende-se que o território apresenta modificações diante da ação de seus atores perante suas escalas de atuação e períodos históricos. O uso do território depende da escala ao qual cada ator está inserido, podendo este ser local/regional, nacional ou internacional.

É importante salientar que a identificação correta dos níveis escalares que atuam sobre o território é um recurso fundamental para a compreensão da totalidade. Para cada nível escalar existem atores protagonistas, que se movimentam nos diferentes níveis escalares deixando marcas no território. Raffestin, Racine e Ruffy (1983, p.128), reforçam a importância de, nesse processo, estabelecer sínteses representativas, utilizando o “esquecimento coerente” para compreender os aspectos essenciais da totalidade.

Os atores, que de acordo com Raffestin (1993, p.40), podem ser classificados em paradigmáticos e sintagmáticos, produzem no território repercussões concretas, como: nós, redes e tessituras, produzindo o espaço e atuando sobre o sistema de objetos. Para o autor, são considerados atores sintagmáticos os que possuem papel de protagonismo na estruturação do território e das práticas espaciais. Nessa perspectiva, a conformação da estrutura institucional e legal, a normatização do território, a organização das infraestruturas, são fortemente impactadas por estes atores. Já os atores paradigmáticos constituem-se em indivíduos ou grupos de indivíduos que não apresentam um programa em comum, como por exemplo a população de um país (RAFFESTIN, 1993, p.41).

Segundo Rosière (2007 p. 283), o ator, no sentido geopolítico, vai atuando sobre o território, estruturando as redes e o próprio território. Neste sentido vários atores vão interagindo entre si, sob a forma de coordenação ou de confrontação. Para Subra (2017), os atores exercem uma função na geopolítica local e neste contexto o Estado não pode ser considerado um ator único e sim, plural. Cada governo pode entrar em contradição com o seu antecessor já que cada um tem seu modo de governar. É ator toda pessoa moral ou física atuante dentro de um território ou de um dado conflito territorial (SUBRA, 2017 p, 14).

Considerando esses aspectos, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no município de Vitória do Xingu-PA, impõe uma ampla mudança das características do espaço natural em espaço produzido, que exprime repercussões territoriais traduzidas em diversos conflitos e interesses sociais e políticos na região. Para repercussões territoriais, usa-se o conceito formulado em Cargnin (2014, p.20), para o qual estas são “os resultados que podem ser identificados no território”, aplicando principalmente a categoria da “forma”, no conceito de Santos (2012). Para o autor a “forma é o objeto

visível de um padrão. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão". (SANTOS, 2004, p.50). As repercussões territoriais na cidade citada referem-se a resultados oriundos da construção da hidrelétrica, que teve recentes transformações ocorridas no seu território, assumido como um espaço ainda não estruturado, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político.

3. UHE Belo Monte e seu Papel Como Agente Transformador do Território

O histórico de Vitória do Xingu mostra que, nos anos 1970, esta era apenas uma vila que recebia embarcações com mercadorias que vinham das mais diferentes vilas e cidades amazônicas. As principais origens desses fluxos eram da cidade de Belém, capital do estado Pará, com destino a cidade de Altamira, que naquela época era o polo das demais vilas ao seu entorno.

A cidade de Vitória do Xingu e o seu porto, desde os primeiros anos de ocupação, foram de grande importância para as populações que se utilizavam dos rios como seu principal meio de transporte, por nela estar localizado o único porto da Transamazônica que recebe mercadorias vindas de outras cidades e do restante do país, principalmente no período do inverno amazônico, quando as estradas ficam quase intrafegáveis. Dentre estas cidades, destacam-se Senador José Porfírio, Porto de Moz, Macapá e muitas vilas localizadas ao longo do Rio Xingu. Todas essas cidades ainda tem o Porto e a cidade de Vitória do Xingu como ponto estratégico para o acesso à cidade de Altamira e à Rodovia Transamazônica (BR 230), utilizando-se da rodovia Ernesto Acioly (PA-415), que liga Vitória do Xingu a cidade de Altamira.

E o rio tem um significado importante para a população local que além do seu Porto traz também aspectos culturais e simbólicos para a população que sempre teve o seu modo de vida atrelado ao rio. A vida das pessoas que moram em Vitória do Xingu sempre foi marcada pela paisagem de uma pequena cidade, que recebe em seu porto diversos tipos de embarcações que fazem transporte de pessoas e mercadorias.

Na emancipação do município, ocorrida em 1991, havia somente o bairro Centro. Aos poucos foram surgindo novos bairros e ruas, que não contavam com as estruturas urbanas mínimas, como o bairro da Alegria e o Jardim Dalla'cqua.

Já no contexto das obras de Belo Monte começaram a ocorrer ocupações em áreas

que antes eram tidas como rurais dando origem a novos bairros, localizadas nas proximidades do centro urbano deste Município. A cidade tem um padrão de urbanização que leva em consideração três lados de sua área que são limitados por rios e igarapés, no caso o Rio Tucuruí, Igarapé do Gelo e Igarapé do Facão, sendo que sua ocupação se desenvolveu ao longo de uma Avenida, em um primeiro momento, e a partir dela em poucas ruas transversais.

A execução do projeto de construção da UTE de Belo Monte se associa ao crescimento da produção da indústria brasileira, especialmente na primeira década deste século. Em síntese, trata-se de um conjunto de necessidades geradas pelo modelo de desenvolvimento, com alta urbanização e baseado no consumo.

A construção da usina teve início a partir de estudos desenvolvidos ainda durante a década de 1970, onde a empresa Eletronorte realizou o mapeamento de locais para barramento do rio. Já em 1980, começam os estudos para a construção do complexo hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara e Kararaô, projetos controversos, no qual a última deu origem a UHE a Belo Monte.

O projeto inicial foi modificado reduzindo a área de alagamento, depois de muita pressão de grupos, incluindo indígenas, que teriam suas terras alagadas com o projeto. Houve também mobilização de grupos contrários ao empreendimento, notadamente de atores das comunidades locais atingidas diretamente pelo impacto da construção da represa. Isso mostra que a pressão dos atores que promovem a geopolítica local, conforme Subra (2016), embora não tenha evitado o empreendimento, acabou por reduzir danos, que poderiam ter sido ainda maiores.

Em 1989 é feita a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte. Em meio a serias divergências em relação ao impacto socioambiental, foi suspenso o financiamento da obra. Os estudos de viabilidade foram revisados em 1994. Nesse tempo, já era prevista a diminuição da área de inundação. Mesmo com essa diminuição, houve protestos contrários a construção da mesma, durante as audiências públicas. Em 2002 foram apresentados para a ANEEL os novos levantamentos feitos parcialmente pela ELETROBRÁS e sua subsidiária ELETRONORTE. Após pedido feito pelo Ministério Público, o Estudo de Impacto Ambiental é paralisado. Para Fearnside (2018, p. 164), o projeto de barragem “era imune a todos os argumentos – lógicos, jurídicos e morais – e foi bem sucedido na obtenção de suporte nas agências governamentais que o promoveram, nos bancos que o financiaram e nas empresas que investiram nele”. Notadamente houve forte atuação do Governo Federal, com olhar na equação da integração energética e

complementação do sistema nacional. Essa atuação se dá em sintonia com os agentes estatais do estado e do municípios, muito interessados nos impactos econômicos da obra.

Em fevereiro de 2010 o IBAMA concedeu licença prévia da obra. Em abril de 2010 o Governo Federal realizou o leilão de concessão de construção da UHE de Belo Monte. Em junho de 2011 o IBAMA emitiu a licença de instalação de N° 795/2011, no qual permitia o início da obra. Já em novembro de 2015, o IBAMA concedeu a licença de operação de N° 1317/2015, permitindo que se encaminhasse a fase de operação. Finalmente, no dia 5 de maio de 2016 foi inaugurada a fase de operação da UHE de Belo Monte.

A companhia Norte Energia S.A foi a responsável pela construção da usina, uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. A UHE de Belo Monte tem capacidade instalada de 11.233 MW e, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), essa energia, gerada em sua totalidade, equivale ao abastecimento de 18 milhões de residências ou correspondente ao consumo das regiões Sul e Nordeste juntas, cerca de 10% do consumo nacional.

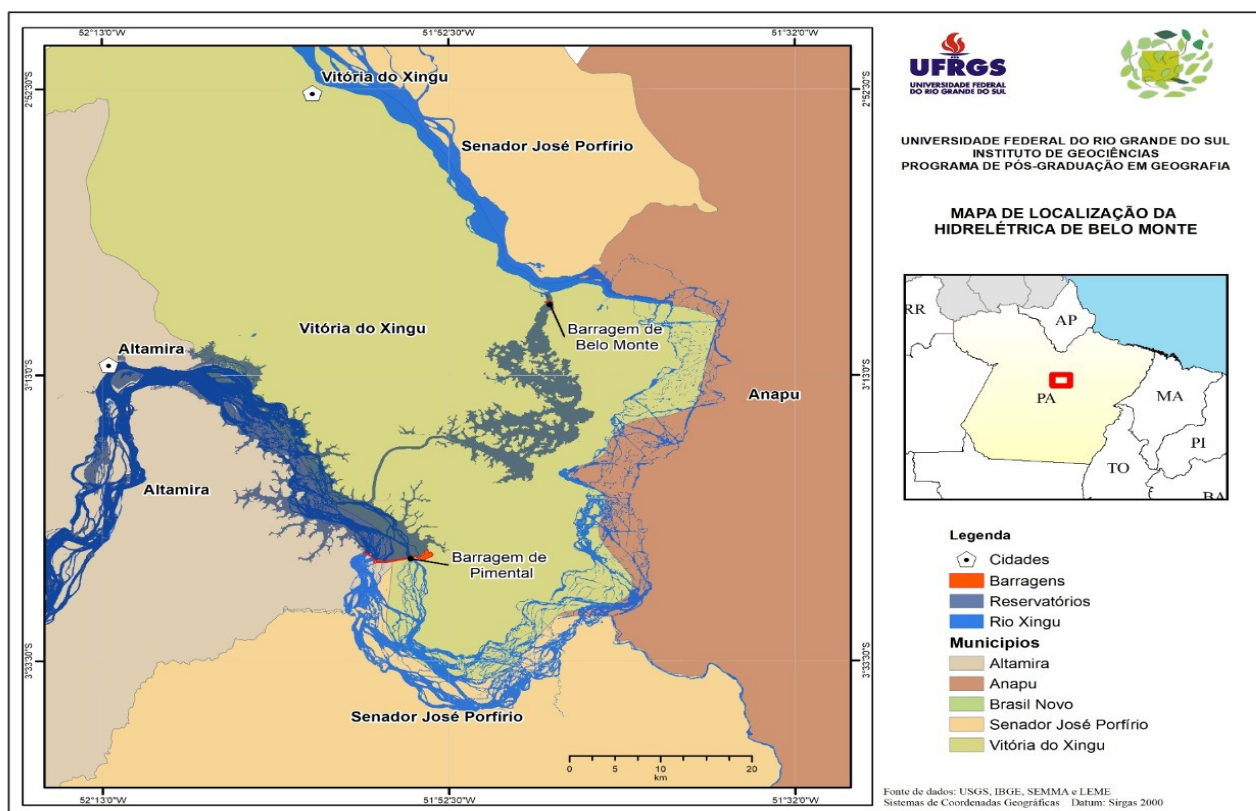
Esta Usina Hidrelétrica está localizada na volta do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará, sendo constituída por uma barragem principal no Rio Xingu, duas casas de força (a principal e a complementar) e dois reservatórios, o reservatório do Xingu e o reservatório intermediário (NORTE ENERGIA, 2010), conforme observa-se na Figura 1.

Em relação a área de influência direta da UHE Belo Monte, esta compreende os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Uruará (ELETROBRÁS, 2009).

Acima de tudo, a implantação de grandes projetos hidrelétricos na região amazônica, se correlaciona com a ideia crescimento econômico e a aderência cada vez maior a um modelo de sociedade baseada no consumo, onde a demanda por energia elétrica é cada vez maior. Nesse contexto, a necessidade de energia e construção de grandes hidrelétricas permanece, embora lastreada por um discurso de sustentabilidade em um novo modelo desenvolvimentista do Brasil, durante os anos 2000.

Trata-se de um megaprojeto, planejado e idealizado como um elemento do Sistema Elétrico Nacional, que traz consigo muitas transformações nas áreas de sua instalação. A construção de usinas hidrelétricas resulta em uma enorme área inundada para a formação de seus reservatórios, causando assim deslocamento de grande número de populações atingidas.

Figura 1 - Mapa de Localização da UHE Belo Monte



Fonte: IBGE, SEMMA e LEME. Elaboração: Alexandre Lobato

Os empreendimentos hidrelétricos faziam parte do plano de retomada do desenvolvimento do Brasil, com a criação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em 2007. Este programa foi o responsável pela gestão, acompanhamento e realização desse empreendimento e de tantos outros que visavam o crescimento do país. Assim, a UHE Belo Monte faz parte do plano de Governo Federal para a geração de energia elétrica, visando o equilíbrio energético, principalmente para a Região Norte do Brasil, em um momento de retomada do desenvolvimento.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase com suas estratégias aprimoradas devido a experiência da fase anterior. Com isso o Governo Federal incrementou os recursos investidos no programa e melhorou suas parcerias com estados e municípios para execução de suas obras. Como a UHE Belo Monte era uma das suas obras mais estratégicas, o projeto entrou em execução no mesmo ano. O intuito da construção foi o de aumentar o potencial energético do país. A UHE Belo Monte passou a integrar o SIN (Sistema Interligado Nacional), fornecendo energia para o sistema que distribui energia

para todas as regiões do país. A interligação do sistema é fundamental para o equilíbrio energético, pois permite que cada usina contribua com volumes de energia diferentes de acordo com o regime pluviométrico e com a capacidade das represas de acordo com os períodos de cheia ou seca dos reservatórios nas diferentes regiões.

Além da preocupação com o fornecimento de energia para a Região Norte do País, o Governo tem visto na construção de hidrelétricas uma maneira de sanar a crise energética que o país enfrentou à época. Com isso, passou a partir dos anos de 1990 a interligar o seu sistema energético no território nacional, minimizando os custos de geração e os apagões, crise que novamente se apresenta no ano de 2021. Depois de completamente concluída, a capacidade de produção energética da UHE Belo Monte é de 11.233,1 megawatts (MW), com funcionamento a fio d'água e não por armazenamento, necessitando assim da vazão do rio diariamente.

A licença de instalação foi emitida em junho de 2011, permitindo o início das obras da UHE Belo Monte, mesmo sem que todas as condicionantes fossem cumpridas e na mesma data se deu o início as obras. Na corrida pela construção da UHE Belo Monte o Governo Federal esteve na linha de frente para a concretização do projeto, se constituindo em um dos atores centrais para sua viabilização, com destaque para a figura da Presidenta Dilma Rousseff, primeiro como ministra de Minas e Energia, posteriormente ministra da Casa Civil e, finalmente, como Líder da Nação.

Cabe salientar que esse processo se deu em meio a vários pedidos de cancelamento da operação, por parte do Ministério Público, principalmente pelo não cumprimento de todas as condicionantes nos municípios que sofreram impactos pela construção. Já totalmente concluída em novembro de 2019, a UHE Belo Monte fica pronta para operação completa, sendo oficialmente inaugurada em 27 de novembro de 2019.

Um ponto que merece destaque é o fato dos megaprojetos realizados na Bacia Amazônica, contribuem para a integração do sistema energético, mas acima de tudo suportam outros grandes empreendimentos que poderão se situar na região, que consomem uma grande quantidade de energia, como as indústrias voltadas à exploração da mineração e um projeto que está sendo desenvolvido, que é o projeto de mineração de ouro denominado de Belo San (SANTANA e BRZEZINSKI, 2018 p. 239). Em todos esses casos, a mineração é voltada sempre para a exportação. Assim, indiretamente, esses investimentos estimulam outros grandes projetos, principalmente mineradores, que apresentam grandes impactos ambientais, contribuindo para o agravamento da questão ambiental amazônica. Além disso, deve-se considerar que essas regiões e suas cidades,

especialmente a região do Xingu, sofrem com a falta de estrutura para receber tais empreendimentos.

4. Repercussões Territoriais em Vitória do Xingu-PA a partir da UHE Belo Monte

Como já observado, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia teve seu início na década de 70 do século passado. Era parte de um conjunto de políticas de integração nacional, materializadas a partir da construção da UHE Tucuruí, na década de 1970. Este processo desacelerou-se na década 1990, sendo reiniciado no início dos anos 2000, com as sucessivas crises energéticas e a retomada das discussões acerca da construção da UHE Belo Monte no estado do Pará.

Essas obras, normalmente se constituem em grandes empreendimentos, com grande efeito de fragmentação dos territórios, impactando as realidades locais (VAINER, 2007, p.11). Para Vainer (2007), os grandes investimentos que se estruturam a partir da década de 60 e 70, contribuíram fortemente para a integração nacional, mas, aprofundaram as rupturas territoriais e agravaram as desigualdades em relação ao desenvolvimento regional no país. Ainda de acordo com o autor, estes grandes empreendimentos, que haviam sido interrompidos, retornaram à agenda das políticas públicas nas últimas décadas, como no caso da Usina de Belo Monte. Para Vainer (2007), a grande diferença em relação aos projetos da década de 70 está nos atores que comandam o processo e controlam essas empresas, muitas vezes de capital estrangeiro, com o Governo Federal associando-se a elas.

Nesse contexto, a “forma”, entendida como categoria do espaço geográfico, conforme Santos (2004), é fortemente impactada, tanto em ambientes urbanos quanto rurais. Cabe destacar que, especialmente nos ambientes urbanos, a “forma” ganha visibilidade no ambiente construído, enquanto um sistema de recursos criados pelo homem. Assim, essa categoria deixa de ser um resultado de iniciativas acidentais acumuladas ao longo do tempo ou de aspectos estritamente relacionados ao seu valor de uso. Passa a atender aos preceitos comuns ao capital como a racionalidade, a funcionalidade, a regularidade e a standardização, sendo que, o indivíduo se insere em um novo contexto urbano, onde as dimensões mudam constantemente criando assim, novas resistências (SANTOS, 2014; 2017).

Como aspecto mais visível, é na “forma” que podemos compreender as marcas que são parte do sistema de objetos, as quais podem ser entendidas como “repercussões territoriais” (Cargnin, 2014). Para Santos (2012), temos no espaço os testemunhos da evolução histórica, “[...] sendo a um só tempo presente passado e futuro” (SANTOS, 2012, p. 156). Interessa, pois, mapear essas marcas e compreender os atores que atuaram para sua consecução.

Ao se pensar as transformações que ocorreram em Vitória do Xingu-PA, com a implantação da UHE de Belo Monte, observa-se uma cidade que passou a vivenciar um crescimento populacional drástico, realidade bem diferente da expectativa da população local, pois houve um visível aumento do custo de vida em toda região de influência (MIRANDA NETO, 2021 p. 162). As marcas no território também são bastante evidentes, principalmente na forma urbana, com ampliação de áreas urbanizadas, vias e equipamentos urbanos, mas, também, com o crescimento de ocupações irregulares.

Para Corrêa (1989), o espaço urbano é um conjunto de usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social, áreas de lazer, e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Podendo compreendê-lo como o “espaço urbano e fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Partindo desta ideia, não se pode deixar de levar em consideração as pessoas que ocupam estes espaços, que reflete a existência, o viver e as lutas no seu cotidiano, que vão ocupando e transformando esses lugares, ou seja, surgem novos territórios.

O processo de ocupação das cidades amazônicas se deu conforme as lógicas impostas pelo planejamento regional efetivo da região Amazônica, a partir dos anos de 1966 a 1985. Para Becker (2009), o Estado assume o papel geopolítico para a modernização acelerada das sociedades e do território em um projeto prioritário para a ocupação da Amazônia. Esse movimento justificava-se para evitar tensões com os pequenos produtores do nordeste e a modernização da agricultura no sudeste, que foi expulsando de seu território os pequenos agricultores e trabalhadores de áreas rurais destas regiões.

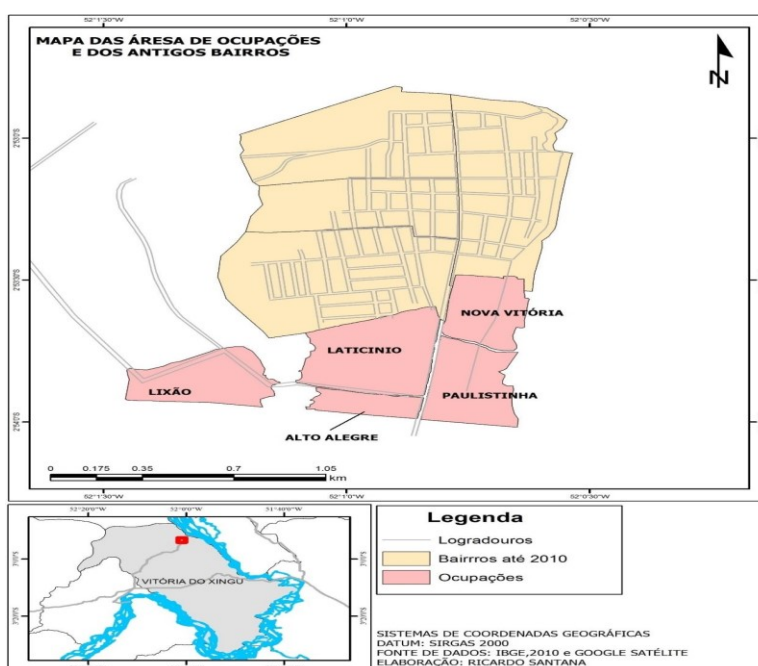
Assim, as ocupações se deram de forma desordenada, sem um planejamento adequado no entorno destas cidades que abrigam esses grandes empreendimentos, implicando na desestruturação dos processos de produção locais e significativas mudanças na vida das populações locais, como demonstra Marinho (2019), ao analisar os efeitos da

construção da usina nas populações camponesas.

Em Vitória do Xingu, as áreas ocupadas são, em sua maioria, utilizadas de forma irregular, ou seja, sem nenhum planejamento prévio, por populações locais predominantemente de baixa renda ou que chegaram à cidade a procura de trabalho. Essa população acabou se vendo em uma situação de vulnerabilidade, tendo que instalar residência em locais com ausência de infraestrutura e saneamento básico, resultando na ocorrência de palafitas, principalmente nas bacias dos igarapés e algumas casas inacabadas no sentido da Rodovia Ernesto Acioli, a PA-415.

Essas transformações se fizeram sentir, tanto na sede do município como nas agrovilas, onde foram recepcionados muitos dos trabalhadores da obra. Atraídos pelos empregos, houve o abandono de atividades tradicionais por moradores locais e busca de empregos mais rentáveis. Parte dessa população se alojou na “cidade planejada” para servir de alojamento da obra, mas, muitos dos migrantes, que vieram em sua maioria para prestar serviços informais marginais à obra, acabaram se localizando em ocupações irregulares. Junto à sede municipal, pode-se destacar o surgimento de cinco novos bairros: Nova Vitória/Caixa D’água, Laticínio, Bela Vista/Lixão, Lotemento Alto Alegre e Nova Conquista/Paulistinha, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Ocupações da Cidade de Vitória do Xingu

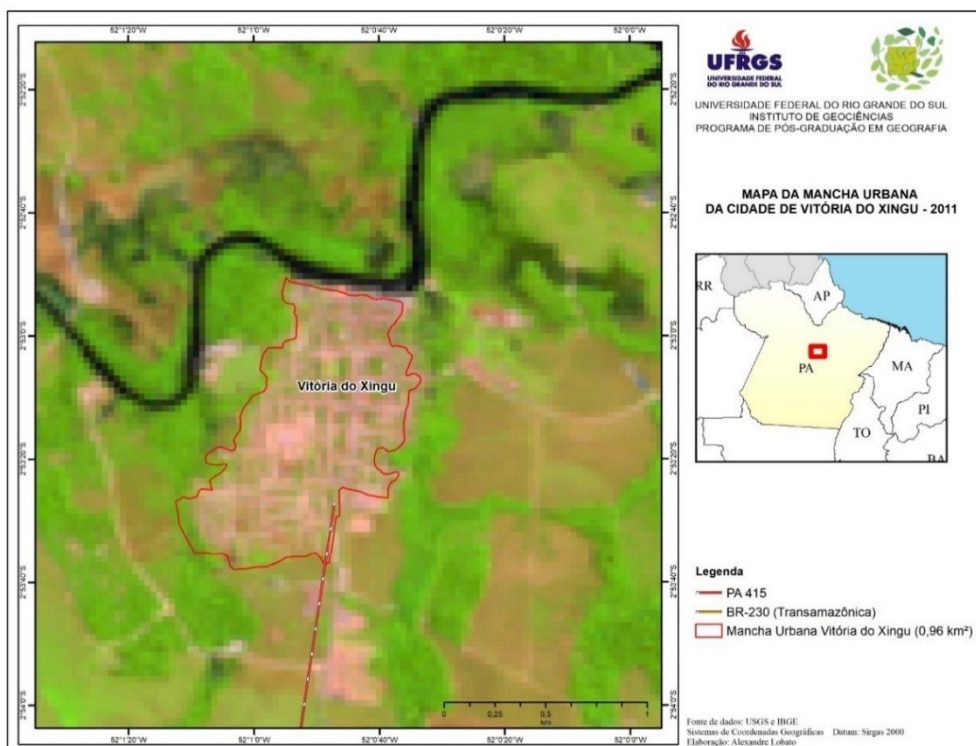


Autor: Chaves (2018).

As ocupações irregulares em perímetro urbano da sede do município de Vitória do Xingu-PA no período entre 2013 e 2017, fizeram com que aumentasse a mancha urbana da sede do município conforme mostram as Figuras 3 e 4. A mancha urbana do município foi crescendo gradativamente com a execução da obra e os impactos da expansão urbana começaram a surgir na cidade de Vitória do Xingu no ano de 2013. Pelo fato de a obra ser distante da sede da cidade, em torno de 90 km, e por terem sido construídas vilas para abrigar a mão de obra, a primeira leva de trabalhadores que chegou ao município conseguiu se alojar nas vilas residenciais construídas nas proximidades dos canteiros da obra. Apenas anos depois, quando mais pessoas migraram ao município em busca de emprego, é que a expansão urbana na cidade de Vitória do Xingu se tornou mais evidente.

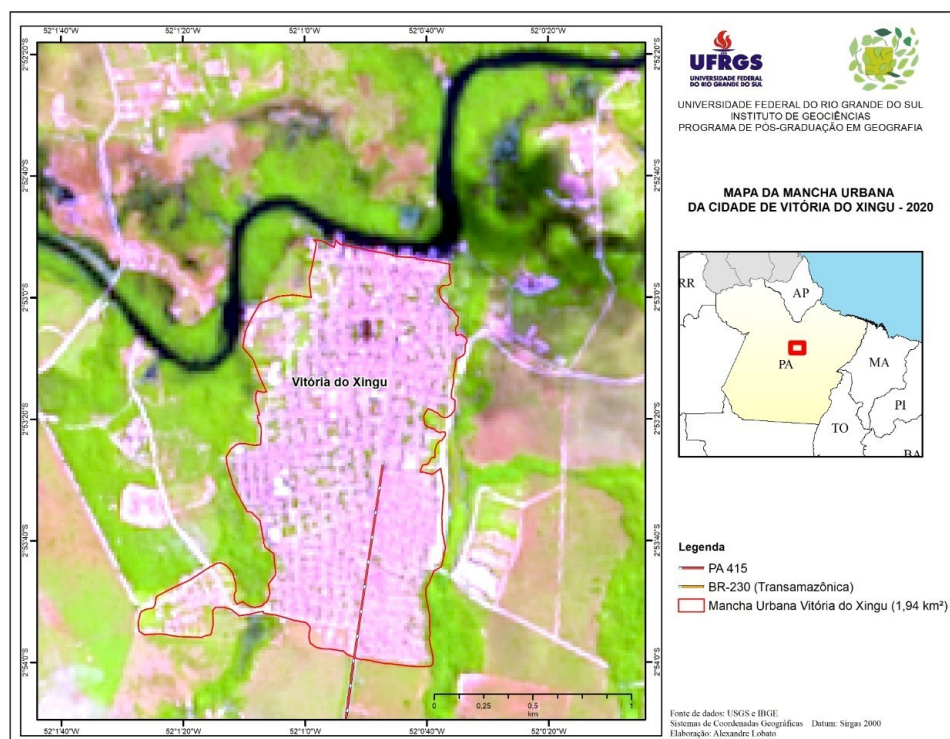
Com a construção da UHE Belo Monte houve aumento populacional, principalmente no decorrer da obra e, com isso, houve mudanças estruturais nas áreas urbanas, mudanças essas que atingiram também as agrovilas e áreas rurais. No Censo Populacional do IBGE de 2010, Vitória do Xingu contava com uma população de 13.431 habitantes. As estimativas para 2020 mostram que o município conta com 15.279 habitantes, sendo que, apesar do crescimento urbano, a maioria dessa população ainda reside nas áreas rurais. Ainda conforme dados do IBGE, Vitória do Xingu apresenta 28,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 73,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE 2020).

Figura 3 - Mapa da mancha urbana de 2011 de Vitória do Xingu-PA



Fonte: IBGE. Elaboração: Alexandre Lobato

Figura 4 - Mapa da Mancha Urbana de Vitória do Xingu-PA – 2020



Fonte: IBGE. Elaboração: Alexandre Lobato

A inserção da UHE Belo Monte na região onde se localiza o município de Vitória do Xingu trouxe modificações espaciais profundas. Podem ser citados, além do recebimento de muitas pessoas para trabalhar no empreendimento, as várias obras de requalificação urbana na cidade que estabeleceram uma nova dinâmica na realidade local, potencializando problemas socioespaciais já existentes, principalmente na área urbana dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Nas áreas urbanas formais, o aumento da quantidade de recursos municipais arrecadados com impostos e royalties proporcionou a melhoria da prestação de serviços públicos urbanos, criando-se uma dinâmica até então desconhecida na cidade. Porém, tal processo implicou em um aumento populacional que consistiu em ocupações irregulares no perímetro do espaço urbano da sede do município.

A mais evidente repercussão durante o processo de construção da UHE Belo Monte, foram as ocupações em áreas de fazendas que até então faziam parte da área rural do município. Tais ocupações foram acontecendo sem nenhum planejamento do poder público municipal. Sendo assim, foram se formando novos bairros de ocupações espontâneas, que no caso de Vitória do Xingu receberam o nome de invasões ou ocupações desordenadas, pelo fato de não terem sido planejadas pelos órgãos públicos que são responsáveis pela organização e planejamento da infraestrutura da cidade.

A construção da UHE Belo Monte gerou expectativa para a população. A perspectiva era que com sua chegada aumentassem os empregos para uma população dependente de políticas públicas e de empregos públicos, que ainda são predominantes na cidade. Tudo isso se dá pelo fato de o município não ter grandes comércios ou até mesmo indústrias que pudessem gerar tais postos de trabalho. Durante a construção da hidrelétrica, o número de empregos subiu em vários setores, fato este que deixou a população esperançosa por uma melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a mão de obra especializada veio de outros lugares e houve também um grande deslocamento de pessoas de outras localidades em busca de trabalho, pois havia expectativa e propaganda de uma grande oferta de emprego e a facilidade de se obter trabalho.

A estrutura da cidade e de suas vilas também foram abruptamente afetadas, pois durante o processo de construção da UHE tiveram suas infraestruturas transformadas. As ruas receberam pavimentação e, além dos equipamentos já existentes, foram criados novos para o uso da população. Essas alterações se fizeram sentir nas agrovilas, conforme pode ser observado na Figura 5: Leonardo da Vinci, Santo Antônio e Vila Belo Monte. Nesta, foi construída a cidade dormitório da obra, rompendo com o equilíbrio básico entre cultura e natureza, repercutindo diretamente no território, trazendo alterações graves para a

paisagem e para o meio ambiente, como pode ser observado na Figura 6. A Vila Residencial era uma espécie de mini cidade, com 2.500 casas com infraestrutura adequada para se viver, porém, restrita a funcionários e seus familiares, tendo a mesma sido removida no final da obra.

Na Agrovila Leonardo da Vinci, muitos moradores deixaram as atividades tradicionais de agricultura ou pecuária para irem trabalhar na obra de Belo Monte em busca de melhoria na qualidade de vida, porém sem terem como retornar às suas antigas atividades após serem despedidos. A agrovila também sofreu com a especulação imobiliária durante a obra e com a construção de um complexo penitenciário e implantação de novos empreendimentos econômicos. Assim, com a UHE de Belo Monte, o velho espaço territorial da agrovila deixou de existir, dando lugar a uma nova configuração territorial. Já na Agrovila Santo Antônio, com o início das obras da UHE Belo Monte a população residente foi transferida para outro local para que a área da vila servisse de base para o empreendimento. A agrovila era uma comunidade tradicional ribeirinha, como são conhecidas as populações que residem as margens dos rios. Dessa forma, a partir da construção da UHE Belo Monte, as relações de pertencimento, as relações sociais de comunidade, os modos de vida, os vínculos territoriais foram quebrados.

Para entender as novas lógicas que vem repercutindo em Vitória do Xingu desde o início da construção da UHE Belo Monte, é necessário compreender os elementos estruturais do espaço. Segundo Santos (2014, p. 28) “o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução a evolução de suas próprias estruturas”. Neste contexto, o município vem sofrendo mudanças relacionadas aos fatores internos e externos, no qual a realidade social fica imbricada neste espaço com a chega da hidrelétrica que impõe novas regras (aumento dos preços, impostos etc.). Assim, muitas das modificações são vistas e de fato se constituem em melhorias para a população.

Figura 5 - Localização Geográfica das macrozonas urbanas de Vitória do Xingu



Fonte: Norte Energia. Elaboração: Bruno Alves dos Santos

Figura 6 - Vista Aérea da Vila Residencial de Belo Monte



Fonte: Norte Energia

No caso de Vitória do Xingu, são visíveis as melhorias que aconteceram com a construção da UHE Belo Monte. Podem ser citadas a construção do hospital municipal, com um número maior de leitos – antes havia apenas uma unidade onde se fazia pequenas internações, sendo os casos mais graves levados para o município de Altamira. Com a construção do hospital procedimentos antes não realizados passaram a ser feitos com maior frequência, entre eles pequenos procedimentos cirúrgicos e um maior número de partos. Além disso, foram feitas outras melhorias como adequação das escolas, melhorias no saneamento básico entre outros. Mas nem tudo foi feito como o planejado e muitos problemas permanecem. Além disso, o envolvimento da população e entidades representativas ainda é frágil e a gestão do poder público não estava preparada para essas transformações.

Entretanto, a busca por melhorias ainda persiste, mesmo com o término das obras. Isso apesar de existir um projeto de requalificação urbana, feito para a mitigação dos problemas que a chegada da UHE Belo Monte traria para as cidades diretamente afetadas. Por essa razão, a compreensão sobre as repercussões territoriais e socioespaciais ocorridas no território de Vitória do Xingu, com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, foi fixada na forma e no uso do território.

As mudanças foram acontecendo à medida em que as obras foram sendo realizadas e a estrutura da cidade foi sendo transformada. Com isso, a paisagem urbana deixou de ser um resultado de iniciativas acidentais acumuladas ao longo do tempo ou de aspectos estritamente relacionados ao seu valor de uso e passou a atender aos preceitos comuns ao capital como: racionalidade, funcionalidade, regularidade e standardização. Nesse contexto, o indivíduo se insere em uma nova realidade urbana, onde as dimensões mudam constantemente criando assim resistências, já que o novo não é tão novo (SANTOS, 2014; 2017).

A instalação de empresas em Vitória do Xingu passou a contribuir para a transformação da cidade, especialmente em seus aspectos econômicos. O município passou a arrecadar mais com impostos pagos por essas empresas elevando assim o PIB do município e o número de empregos. Entretanto, os habitantes empregados na região nem sempre residem no município.

Com isso, a população, que tinha na prefeitura ou nas áreas rurais seus principais meios para obter um emprego, vê possibilidades em um grande número de pequenos estabelecimentos comerciais. Na Tabela 1, observa-se a partir de dados do IBGE, o significativo aumento do número de empresas e do pessoal ocupado no município.

Destaca-se que os empregos passam de 455, em 2010, para 3.290, no ano de 2017.

A questão da evolução do número de empregos se dá pela diversidade dos segmentos de estabelecimentos instalados no município de Vitória do Xingu. Nela pode ser verificado que, apesar do novo contexto, o único segmento que não apresentou queda foi o da Administração Pública. Os demais segmentos tiveram uma oscilação. Um fato interessante é a questão da Construção Civil que em 2010 não apresentava vínculos ativos e, no decorrer dos anos, mostrou um crescimento. Deve-se considerar que ainda existem no município muitos empregos informais, pois apesar do crescimento do número de estabelecimentos, muitos são familiares, que acabam não registrando funcionários por serem membros da família. Chama atenção o grande número de empregadas domésticas sem carteira assinada. Além disso, muitas famílias são comandadas por pessoas que estão em trabalhos informais como diaristas, estivadores e em serviços gerais. Esse fato ficou evidente na pesquisa de campo realizada durante a construção do trabalho. Entre os anos de 2010 à 2019, houve apenas um estabelecimento que registrou os seus dados na RAIS, os demais ainda são informais. Isso contrasta com o observado na realidade local, mostrando que a informalidade ainda é muito grande.

Tabela 1 - Empresas cadastradas e atuantes e pessoal ocupado em Vitória do Xingu
2010 a 2017

Ano	Unidades locais	Nº de empresas atuantes	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado assalariado
2010	65	65	456	401
2011	78	78	672	611
2012	97	95	1.056	968
2013	151	146	1.626	1.465
2014	156	153	2.138	2.015
2015	159	154	5.280	5.167
2016	147	140	3.463	3.345
2017	135	131	3.290	3.172

Fonte: IBGE 2019, elaboração dos autores

Dentre os estabelecimentos com vínculos ativos, no período de 2010 à 2019, o setor que tem o maior número de trabalhadores vinculados é a administração pública, seguindo por outros como o comércio, construção civil, atividades administrativas, alojamento, entre outros, segundo dados obtidos da RAIS – ver Tabela 2. No decorrer da pesquisa as entrevistas feitas mostraram que a maioria dos entrevistados são funcionários públicos.

Mas o que se vê é uma cidade que vem adentrando áreas antes tidas como rurais pelo modo de uso e ocupação do solo, no sentido a PA-415, a Rodovia Ernesto Acioly. As margens esquerda e direita dessa rodovia estão entre igarapés, que fazem com que o crescimento da área urbana da sede do município de Vitória do Xingu seja desordenado e agressivo ao meio ambiente. A expansão da área urbana da sede do município não foi planejada nem pela administração municipal e nem pelos planejadores da UHE Belo Monte. De modo que a expansão urbana foi acontecendo durante a construção do empreendimento, fato que se deu devido à alta dos preços dos imóveis e dos aluguéis.

Tabela 2 - Evolução do número de empregados em estabelecimentos com vínculos ativos na classe CNAE 2.0 no município de Vitória do Xingu (2010-2019)

Ano	Administração pública	Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Indústria de transformação	Construção civil	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Extrativismo Mineral Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	Alojamento e Alimentação
2010	329	2	21	9	0	129	0	1
2011	491	2	21	20	9	153	0	12
2012	159	2	78	50	68	117	18	45
2013	815	10	235	87	76	125	83	68
2014	960	16	428	1019	178	124	136	74
2015	1319	15	326	3311	96	122	63	143
2016	333	4	223	38	2355	197	18	165
2017	1526	785	175	35	0	158	9	17
2018	1931	2021	165	1	5	163	0	9
2019	2714	85	151	5	0	133	3	76

Fonte: RAIS 2019, elaboração dos autores.

O entendimento das lógicas, que repercutem em Vitória do Xingu desde do início da construção da UHE Belo Monte, é norteado pelos elementos estruturais do espaço em sua evolução. Segundo Santos (2014, p. 28) “o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos”, e essa evolução é vista em Vitória do Xingu a partir da construção da UHE Belo Monte, com mudanças na estrutura da cidade, interpretadas como melhorias pela população local. Um exemplo disso são os novos bairros que não tinham saneamento básico, pavimentação e distribuição de água. Atualmente o poder público municipal tem investido para melhoria da qualidade de vida da

população que vive nesses bairros.

As mudanças que vem acontecendo na estrutura da cidade repercutem na melhoria de vida da população, mas o município de Vitória do Xingu, no momento inicial da obra não estava preparado para receber a migração advinda do empreendimento, por não ter estrutura suficiente, o que gerou um déficit habitacional. Tal déficit levou as pessoas a ocuparem áreas antes rurais ou à margem dos igarapés, desempenhando um papel significativo no crescimento da cidade, mesmo que de forma irregular e sem regulamentação pela lei do município. O acelerado crescimento da cidade deixa claro que um planejamento detalhado teria evitado uma ocupação desorganizada, que pode ter acarretado sérios riscos sociais e ambientais.

Mesmo com a implantação de um projeto com grande repercussão em nível nacional na cidade de Vitória do Xingu, esta continua sem destaque e reconhecimento nacional. Entre 2010 e 2019, que compreende o período de início e de conclusão da UHE Belo Monte, pouco se tratou da inserção do município no cenário nacional. Isso mesmo no que tange aos recursos naturais, fator primordial para o surgimento do projeto gerador de grandes impactos em sua área de influência, no sentido da maior obra energética em construção do país se encontrar em Vitória do Xingu.

5. Considerações Finais

No decorrer deste artigo, esboçou-se sobre as repercussões territoriais ocorridas em Vitória do Xingu a partir da construção da UHE Belo Monte no Pará entre os anos de 2010 até 2020, período que compreende o início e o término das obras. Nesse processo vários atores estavam envolvidos, desde os estudos de viabilidade até a execução da obra com interesses distintos, muitos focados na visibilidade que o município recebeu ou poderia ter recebido, por ter sediado uma obra de tão grande magnitude como é o caso da UHE Belo Monte. As repercussões que tal obra trouxe se refletem na forma e nas dinâmicas territoriais da cidade.

Com a UHE de Belo Monte o antigo espaço urbano da cidade de Vitória do Xingu foi transformado, dando lugar a uma nova configuração da cidade e de suas vilas, que passaram a ser consideradas áreas urbanas, recebendo uma infraestrutura similar à da sede do município. Antes da UHE Belo Monte a sede do município contava com apenas

três principais bairros, que com a chegada do empreendimento se tornam diferenciados do ponto de vista estrutural.

No entanto, a falta de planejamento urbano trouxe um crescimento desordenado para cidade. A velha infraestrutura teve que suportar um repentino crescimento, com um elevado número de pessoas em busca de trabalho e de moradia, o que muitas vezes culmina com a reprodução da desigualdade e da pobreza, comum nas cidades pequenas da Amazônia.

A repercussão territorial mais evidente é o que se observa na forma urbana, onde existe o espaço urbano implantado, que recebeu infraestrutura devido a construção da UHE Belo Monte, e um novo espaço urbano, que são as ocupações, com características similares a antiga área urbana, só que sem nenhuma infraestrutura. Vale ressaltar que, tanto o novo quanto antigo espaço urbano só aconteceram mediante a instalação do projeto.

Verificou-se na cidade de Vitória do Xingu, que as dinâmicas causadas pela implantação da UHE Belo Monte tiveram momentos variados desde que iniciaram na sua construção, tendo o pico maior a partir de 2013, momento de aceleração da obra. Esse período concentrava maior número de trabalhadores e acabou repercutindo no espaço urbano de Vitória do Xingu, principalmente com mais pessoas indo em busca de moradia. Com isso, surgiram ocupações em outras áreas não habitadas anteriormente, mudando assim a estrutura da cidade.

Com a construção do empreendimento houve a criação de mais estabelecimentos comerciais, porém, verificou-se que com o final das obras houve mudanças em muitos desses negócios. Vários se modernizaram, trazendo mais qualidade no atendimento à população que usufrui dos serviços prestados por esses estabelecimentos. Dessa forma, a cidade passou a apresentar novas formas de desempenho de suas atividades comerciais, possibilitando uma diversidade aos seus clientes principalmente as formas de pagamentos por meio da tecnologia.

Por fim, não somente as repercussões territoriais estão ligadas a construção da UHE Belo Monte na sede do município de Vitória do Xingu, mas sim também as transformações que ocorreram em suas vilas que tem um aspecto mais parecido com a sede. Tais repercussões são vistas principalmente na estrutura e no surgimento de novos equipamentos que trazem melhoria na qualidade de vida da população local.

6. Referências

- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990 (Série Princípios).
- BECKER, B. **O governo do território em questão**: uma perspectiva a partir do Brasil. Brasília/DF. v. 14, n. 28, 2009. pp. 33-50.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Relatório de Impacto ambiental**: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Brasília, maio de 2009.
- CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul**: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2014. 240 p.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Et Al (ORGS). **Geografia**: conceitos e temas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- CORREA, R. L.. **O Espaço Urbano**. São paulo, Editora Ática, 1989.
- COSTA, P. S. S.; SOUZA, C. M. Apontamentos sobre a agrovila Leonardo D'Avinci e a reinvenção de seu cotidiano após a construção de seu cotidiano após a construção da hidrelétrica de Belo Monte. In: **Nova Revista Amazônica**. Volume VI – Número Especial, dez 2018.
- ELETROBRÁS. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**: Estudo de Impacto Ambiental. Leme Engenharia Ltda, Brasília, 2009.
- ELETROBRÁS. **Site Institucional**. Acesso em 23/07/2020
- FEARNSIDE, Philip M. Belo Monte: Atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **Revista NERA**, 21 (42): São Paulo, 2018. P. 162- 185.
- HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P.; SANTANA, N. C. Construção da UHE Belo Monte e a comunidade ribeirinha de Santo Antônio em Vitória do Xingu/PA. In: **Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2016.
- HAMMES, E. D. **Norma e Território**: a implementação da política pública do micro-empREENDEDOR individual na escala local. Tese de Doutorado. Santa Cruz: UNISC, 2018.
- LEME. **Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. v.6, 2009.
- MARINHO. J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio do Rio Xingu (PA)**: a construção da hidrelétrica Belo Monte. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2019
- MATOS, Angélica Azevedo de. **Repercussões territoriais recentes em Vitória do Xingu (PA)**: um estudo a partir da instalação da UHE Belo Monte. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, POSGEA, 2022.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: as implicações espaciais da instalação da Usina de Belo Monte em Altamira-PA. **Revista Formação (On-line)**. Vol. 24; n.43, set-dez/2017. pp. 65- 95.

MIRANDA NETO, J. Q. UHE Belo Monte e a reestruturação da cidade de Altamira-PA: agentes, processos e redefinições espaciais. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE**, Presidente Prudente, 9 a 12 de out, 2015.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA). Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.

MIRANDA NETO, J. Q. As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte. In: **Amazônia Latitude**, 2021.

ELETROBRÁS. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**: Estudo de Impacto Ambiental. Leme Engenharia Ltda, Brasília, 2009.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: Planos programas e projetos. Agosto de 2010.

NORTE ENERGIA. **Projeto Básico Ambiental e Plano de requalificação urbana**. Setembro de 2011.

NORTE ENERGIA S.A. 5.3. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM BELO MONTE E BELO MONTE DO PONTAL. In: **Relatórios Semestrais Consolidados**, 2013.

OLIVEIRA, J.A. a urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão: In: **6º Encuentro de Geógrafos da América Latina**, 1997, Buenos Aires, v.6.p.198.

OLIVEIRA, A. L. A.; SOUZA, C. M.; SILVA, T. F. O fim da Vila Santo Antônio para a construção da Hidrelétrica Belo Monte. In: **Novos Cadernos NAEA** v. 22, n. 3, p. 121-139, set-dez 2019, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique**: Une grammaire de l'espace politique. 2^a édition. Paris: Ellipses. 2007. 426p.

SANCHES, Josiane. **A Olivicultura na Região da Campanha**: repercussões territoriais e novas configurações socioespaciais. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, POSGEA, 2020.

SANTANA, Acir T. e BRZEZINSKI, Maria Lúcia N. Lins. UHE Belo Monte: o estudo de impacto ambiental e suas contradições. In: **Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC)**, Itapetininga São Paulo, v.5, nº 2, p. 235-256, 2018.

-
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: 5ª Edição Edusp, 2012.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5ª ed., 2003. 470p.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 120 p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Edusp, 2017.
- SARMENTO, J. C. S.; ROCHA, C. G. S. Modificações na paisagem e mudanças sociais ocasionados pela hidrelétrica de Belo Monte: o fim da comunidade Santo Antônio. In: **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 27308-27319. mar 2021.
- SILVA, Darlene Costa da. **Uma interpretação geográfica dos impactos da hidrelétrica Belo Monte**: um estudo de caso da Vila Santo Antonio e da comunidade Barbaquara na Microrregião de Altamira-PA. Dissertação de Mestrado. Altamira: UFPA, PPGEIO, 2016.
- SILVA, J. M. P. da. **Território e Mineração em Carajás**. 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.
- SILVA, Maria Lima da. **A cidade da Barragem de Belo Monte**: Vitória do Xingu-PA minhas memórias e depoimentos. Belém-PA. ed. aquarela 2016.
- SUBRA, Philippe. **Géopolitique locale**: territoires, acteurs, conflits. Paris, Armand Colin, 2017.
- TRINDADE JR., S. C. da. Et al. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C. da. TAVARES, M. G. da C. (Orgs). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.
- TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1. Maio 2007.
- VANACOR, Paula L. **Atores, escalas e produção do espaço**: a atividade carbonífera em Candiota. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, POSGEA, 2020.
- VITÓRIA DO XINGU. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Vitória do Xingu**. ENGEVIX. 2011.